

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA

LA EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS: LA PERCEPCIÓN DE LOS PROFESORES DE UNA ESCUELA PÚBLICA

EDUCATION IN HUMAN RIGHTS: THE PERCEPTION OF TEACHERS IN A PUBLIC SCHOOL

Ademar de Lima CARVALHO¹
José Marcelo Freitas de LUNA²
Jonatas Marcos da Silva SANTOS³

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar e apresentar a percepção dos professores dos anos iniciais de uma rede municipal de ensino acerca da educação em direitos humanos no contexto da escola pública. A pesquisa foi construída metodologicamente através de respostas dos professores regentes de disciplinas específicas a um questionário. Ressalte-se que os docentes atuam no planejamento das aulas, atividades e na proposição do material pedagógico ligados à temática. A análise dos resultados demonstra que aproximadamente 70% dos docentes que responderam ao questionário percebem a existência de desafios à abordagem do tema no contexto da educação escolar pública. Observou-se ainda a anuência dos docentes acerca da relevância da educação em direitos humanos como fundamento de novas práticas pedagógicas transformadoras da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Direitos humanos. Professores anos iniciais. Escola pública.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar y presentar la percepción de los profesores de los primeros años de una red de educación municipal sobre la educación en derechos humanos en el contexto de la escuela pública. La investigación se construyó metodológicamente a través de las respuestas de los profesores regentes de disciplinas específicas a un cuestionario. Es de destacar que los docentes trabajan en la planificación de clases, actividades y en proponer material pedagógico relacionado con la temática. El análisis de los resultados muestra que aproximadamente el 70% de los docentes que respondieron el cuestionario perciben la existencia de desafíos para abordar el tema en el contexto de la

¹ Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Rondonópolis – MT – Brasil. Professor Titular I no Departamento de Educação e programa de Pós-Graduação em Educação. Doutorado em Educação (UNESP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6001-7435>. E-mail: ademarlc@terra.com.br

² Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Itajaí – SC – Brasil. Pesquisador Sênior do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Educação da Universidade do Vale do Itajaí, Professor Visitante da Faculdade de Letras e da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta de Portugal. Pós-doutor pela Universidade do Texas, Austin. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1212-7899>. E-mail: mluna@univali.br

³ Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Itajaí – SC – Brasil. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4873-9213>. E-mail: prof.jonattas@gmail.com

educación escolar pública. También se observó la conformidad de los docentes sobre la relevancia de la educación en derechos humanos como fundamento de nuevas prácticas pedagógicas que transforman la sociedad.

PALABRAS CLAVE: *Educación. Derechos humanos. Profesores de los primeros años. Escuela pública.*

ABSTRACT: *This article aims to analyze and present the perception of teachers in the early years of a municipal education system about human rights education in the context of public school. The research was methodologically constructed based on the responses of the regent teachers of specific subjects to a questionnaire. It should be noted that the teachers act in the planning of classes, activities and in the proposition of pedagogical material related to the theme. The analysis of the results shows that approximately 70% of the teachers who answered the questionnaire perceived the existence of challenges to approach the theme in the context of public school education. It was also observed the consent of teachers about the relevance of education in human rights as a basis for new pedagogical practices that transform society.*

KEYWORDS: *Education. Human rights. Early years teachers. Public school.*

Introdução

A educação em direitos humanos caracteriza-se como uma exigência necessária para o exercício da cidadania no mundo contemporâneo, tendo em vista que a educação como prática social articulada à história, em um processo dialético-dialógico que liga a consciência à ação, tem como substrato teórico a concepção de ser humano que se constrói no processo de relação com a cultura. Essa construção permanente, que se dá na relação com o outro, com diferentes concepções políticas, éticas e de educação, nutre-se do respeito no processo de constituição do sentido e significado da educação para a práxis dos direitos humanos na contemporaneidade. Isso implica na compreensão de que o exercício da atividade educativa é indissociável do caráter ético-político, que impulsiona o ser humano para a invenção de si na condição histórica de sujeito de direitos.

Por outro lado, no contexto da contradição social de hoje, o que se percebe é o esvaziamento do humanismo e dos direitos da pessoa humana. Assim, Arroyo (2011) enfatiza que é preciso no tempo de hoje, no processo formativo permanente de educadores, reafirmar a exigência da educação e a apropriação dos avanços éticos nos valores, enquanto parte indissociável da produção intelectual e cultural que o ser humano tem direito, como sujeito histórico. Portanto, é direito do profissional da educação a formação enquanto sujeito comprometido eticamente com a emancipação humana.

Por isso, no campo da educação em direitos humanos, faz-se necessário a afirmação de gesto ético, de modo singular, “[...] que se mostre e explicita os densos significados éticos, positivos das resistências sociais, políticas, culturais desses coletivos” (ARROYO, 2011, p. 66), que estão na mobilização para conhecer suas histórias de afirmação de sujeitos históricos que lutam por um projeto de civilidade justa e fraterna.

O que significa que frente ao inacabamento humano, enquanto processo de construção de sua existência, não é “[...] possível existir sem assumir o direito e o dever de optar, de decidir, de lutar, de fazer política. E tudo isso nos traz de novo à imperiosidade da prática formadora, de natureza eminentemente ética” (FERIRE, 1997, p. 58), que caracteriza o direito humano para intervir no mundo para melhorar a vida da humanidade.

Ante ao exposto, define-se o principal objetivo deste artigo, que consiste em analisar e apresentar a percepção dos professores dos anos iniciais de uma rede municipal de ensino acerca da educação em direitos humanos no contexto da escola pública. Além da introdução e das considerações finais, o artigo está organizado em duas partes. Na primeira parte, são apresentados os fundamentos metodológicos a respeito da realização da pesquisa, considerando a elaboração e o envio *on-line* de um questionário, ligado à temática da educação em direitos humanos, aos docentes, regentes de sala e que ministram disciplinas específicas aos alunos dos anos iniciais, pertencentes à rede municipal de ensino. Na segunda parte, os principais resultados são analisados e apresentados.

Diante disso, tendo como fulcro a criação de uma cultura dialógica educacional em direitos humanos (BRASIL, 2009), este artigo compreende a fundamental importância da escola de educação básica para todo o corpo social.

Assim, a educação em direitos humanos deve abarcar questões concernentes aos campos da educação formal, à escola, aos procedimentos pedagógicos, às agendas e instrumentos que possibilitem uma ação pedagógica conscientizadora e libertadora, voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa (BRASIL, 2007, p. 31).

Em outras palavras, defere-se que as escolas públicas, de maneira especial as unidades de ensino da educação básica, são espaços privilegiados de diálogo e devem produzir e disseminar conhecimentos pertinazes, capazes de construir uma sociedade comprometida com os princípios fundamentais dos direitos humanos. A prática educativa calcada no respeito à diversidade e no incentivo à cidadania ativa deve perpassar a elaboração dos currículos e transformar as vidas humanas, visando a implementação de uma lógica comprometida com a

pluralidade e a igualdade de oportunidades que se expandam para além dos muros escolares, tendo em vista o empenho de todos no cumprimento da função social da escola.

Conforme o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos:

A educação em direitos humanos deve ser promovida em três dimensões: a) conhecimentos e habilidades: compreender os direitos humanos e os mecanismos existentes para a sua proteção, assim como incentivar o exercício de habilidades na vida cotidiana; b) valores, atitudes e comportamentos: desenvolver valores e fortalecer atitudes e comportamentos que respeitem os direitos humanos; c) ações: desencadear atividades para a promoção, defesa e reparação das violações aos direitos humanos (BRASIL, 2007, p. 32).

Dessa forma, é possível perceber que docentes e discentes, situados no fazer quotidiano da escola de educação básica, compõem dialogicamente um contexto privilegiado para construção da educação em direitos humanos, tendo como possibilidade efetiva o rompimento da ideia de escola reprodutora do sistema que cria as desigualdades sociais e de direitos. Os estabelecimentos de ensino básico permeados da educação em direitos humanos devem superar a perpetuação das funções manifestas e latentes que tendem a engessar a reprodução do sistema opressor.

Entende-se que a

[...] noção de função tem um sentido muito prático: é algo que permite a um sistema a sua própria reprodução. Existem as ‘funções manifestas’, que são aquelas que os sujeitos sociais buscam como importantes para reprodução do sistema, e há também as ‘funções latentes’, que não são buscadas nem sequer reconhecidas pelos participantes de qualquer sistema (TORRES, 2002, p. 13).

Torna-se importante construir a partir das bases educacionais escolares um projeto social que problematize e busque superar os dilemas da teoria da cidadania situada na tradição política ocidental. Como expõe Torres (2007, p. 9, tradução nossa):

Os dilemas da cidadania em uma sociedade democrática, diversa e multicultural podem ser esboçados da seguinte forma: as teorias da cidadania foram defendidas na tradição da teoria política ocidental por homens brancos e heterossexuais, que identificaram uma cidadania homogênea por meio de um processo de exclusão sistemática e não de inclusão na organização política. Esta perspectiva implica que as mulheres, determinados grupos sociais identificados (como judeus ou ciganos), a classe trabalhadora, pessoas que representavam grupos étnicos e raciais específicos (pessoas de cor) e indivíduos que não tinham certos atributos ou habilidades (por exemplo, os analfabetos) foram inicialmente excluídos da definição de cidadão em várias sociedades.⁴

⁴ Los dilemas de la ciudadanía en una sociedad democrática, diversa y multicultural pueden esbozarse de la siguiente forma: las teorías de la ciudadanía fueron propugnadas en la tradición de la teoría política occidental por hombres blancos y heterossexuales, que identificaron una ciudadanía homogénea a través de un proceso de

De acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007, p. 31):

Não é apenas na escola que se produz e reproduz o conhecimento, mas é nela que esse saber aparece sistematizado e codificado. Ela é um espaço social privilegiado onde se definem a ação institucional pedagógica e a prática e vivência dos direitos humanos. Nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas.

Segundo Tavares (2010, p. 488), “o direito à educação em direitos humanos faz parte do direito à educação”, conforme preconizado pelo Instituto Interamericano de Derechos Humanos (2002, p. 22, tradução nossa):

O desenvolvimento de normas internacionais baseadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e particularmente no Protocolo de San Salvador, estabeleceram claramente o direito à educação em direitos humanos como parte do direito à educação.⁵

Assim, “a educação em direitos humanos, além de todo processo de formação em seus conteúdos, pretende a socialização dos valores e princípios que lhe são intrínsecos, com o fim de construir e consolidar uma cultura de direitos humanos.” (TAVARES, 2010, p. 492). Nesta perspectiva, ressalte-se o papel dos espaços de educação não formal, e principalmente do âmbito escolar, no qual “identificam-se um conjunto de oportunidades para a disseminação dos conteúdos relacionados aos direitos humanos, assim como para a socialização dos valores.” (TAVARES, 2010, p. 495).

Diante do exposto, é possível perceber a relevância da educação básica na construção de um projeto social amplo, que forme seres humanos éticos e comprometidos com a defesa dos direitos humanos. Destarte, os estabelecimentos de ensino de educação básica devem assumir seu protagonismo na criação de uma cultura de educação em direitos humanos, pois são portadores dos fundamentos de diálogo que influenciam na conscientização dos discentes

exclusión sistemática y no de inclusión en la organización política. Esta perspectiva implica que las mujeres, determinados grupos sociales identificables (como los judíos o los gitanos), la clase trabajadora, personas que representaban grupos étnicos y raciales específicos (gente de color) e individuos que no contaban con ciertos atributos o habilidades (por ejemplo, los analfabetos) en principio quedaban excluidos de la definición de ciudadano en varias sociedades.

⁵ El desarrollo de las normas internacionales a partir de la Declaración Universal de los Derechos Humanos y muy particularmente el Protocolo de San Salvador, han consagrado claramente el derecho a la educación em derechos humanos como parte del derecho a la educación.

e suas famílias, bem como na definição de pautas e projetos políticos pedagógicos capazes de referenciar propostas cognitivas que atinjam todos os níveis sociais.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa com professores dos anos iniciais de uma escola da rede pública municipal. A coleta de dados utilizou-se de questionário enviado de forma *on-line* aos professores. Entre estes, dezessete receberam o questionário, porém os que responderam efetivamente foram doze docentes. Entre as várias justificativas propostas por aqueles que não responderam ao questionário a mais preponderante está relacionada à falta de tempo.

O questionário (AMARO; PÓVOA; MACEDO, 2004; GIL, 2008), enquanto técnica de pesquisa, é bastante utilizado nas ciências humanas e sociais aplicadas, e foi escolhido para compilar as informações acerca da percepção, em relação à educação em direitos humanos e às temáticas ligadas aos direitos humanos, dos docentes dos anos iniciais onde foi desenvolvida a investigação. Pelo emprego deste instrumento foi possível remeter as perguntas aos professores que disponibilizaram os dados aos pesquisadores.

Torna-se, pois, necessário apontar a forma como ocorreu a elaboração do questionário e também o modo de sua aplicação aos professores da unidade de ensino. Em primeiro lugar, foi definida a finalidade do questionário, isto é, examinar sua efetividade para o recolhimento das percepções dos professores acerca dos direitos humanos e da educação em direitos humanos no contexto da escola, bem como dos estímulos, das possibilidades, das barreiras e dos desafios que encontram para desenvolver atividades pedagógicas relacionadas à questão.

É imprescindível destacar que o questionário foi disponibilizado tão somente aos professores regentes e aos que trabalham disciplinas específicas, efetivos ou contratados em caráter temporário, que desenvolvem o seu trabalho pedagógico cotidiano no âmbito da unidade de ensino especificada. A individualização dos professores aconteceu através de diálogo prévio com a equipe gestora, sendo considerados os dados disponibilizados pela supervisão escolar e contidos nas sequências didáticas que contemplavam atividades e tarefas ligadas à educação em direitos humanos, à diversidade, ao diálogo transformador, à resolução de conflitos, aos direitos civis, aos direitos da criança e do adolescente, aos direitos à saúde, à discriminação, aos preconceitos, à construção da cultura de paz, aos direitos ambientais, à cidadania, às questões de gênero e aos direitos políticos.

Em relação às categorias de base para a análise, salientam-se: especificação em professor regente ou que trabalha disciplina específica dentro do currículo da educação

fundamental, vínculo institucional, participação em movimentos que abordam temas ligados aos direitos humanos, realização de projetos ligados aos direitos humanos, elaboração de atividades pedagógicas relacionadas à educação em direitos humanos, existência de política escolar acerca da educação em direitos humanos, existência ou não de possibilidades ou desafios à práxis pedagógica que abordam as questões diretamente relacionadas aos direitos humanos ou à educação em direitos humanos.

Conforme Gil (2008, p. 121):

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. Os questionários, na maioria das vezes, são propostos por escrito aos respondentes. Costumam, nesse caso, ser designados como questionários auto-aplicados (*sic*). Quando, porém, as questões são formuladas oralmente pelo pesquisador, podem ser designados como questionários aplicados com entrevista ou formulários.

A aplicação de questionários apresenta vantagens e desvantagens de acordo com Gil (2008). Destacam-se entre as vantagens: o grande número de pessoas alcançadas mesmo que espalhadas geograficamente, redução de gastos, garantia de anonimato dos respondentes e das repostas, conveniência do momento das respostas e a não exposição dos pesquisados à influência das opiniões do pesquisador. Entre as desvantagens em relação à aplicação desta técnica é possível destacar que ela:

[...] a) exclui as pessoas que não sabem ler e escrever, o que, em certas circunstâncias, conduz a graves deformações nos resultados da investigação; b) impede o auxílio ao informante quando este não entende corretamente as instruções ou perguntas; c) impede o conhecimento das circunstâncias em que foi respondido, o que pode ser importante na avaliação da qualidade das respostas; d) não oferece a garantia de que a maioria das pessoas devolvam-no devidamente preenchido, o que pode implicar a significativa diminuição da representatividade da amostra; e) envolve, geralmente, número relativamente pequeno de perguntas, porque é sabido que questionários muito extensos apresentam alta probabilidade de não serem respondidos; f) proporciona resultados bastante críticos em relação à objetividade, pois os itens podem ter significado diferente para cada sujeito pesquisado (GIL, 2008, p. 122).

Segundo Nogueira (2002), é possível classificar os questionários nos seguintes tipos: a) abertos, que exploram todas as respostas de um item; b) fechados, apresentam uma estrutura mais rígida que os questionários abertos e permitem tratamento estatístico com auxílio de computadores; c) diretos, apresentam a possibilidade de colher a informação diretamente; d) indiretos, utilizados para os casos cujas respostas às questões não são precisas por

impossibilidade ou por se tratar de um tema delicado; e) assistidos, permite aos pesquisadores apresentar pessoalmente as perguntas aos entrevistados; f) não assistidos, eliminam a possibilidade de contaminação por parte do pesquisador aos respondentes.

De acordo com Chagas (2000), um questionário eficaz deve conter um conjunto de informações, tais como: identificação dos respondentes, solicitação de cooperação, instruções claras e objetivas, informações que se pretende pesquisar e informações de classificação dos respondentes contidos no final do questionário. Vale ressaltar que a realização do questionário obedeceu a recortes pautados nos objetivos da pesquisa. Neste sentido, definiu-se a autoaplicação e o envio pela internet como forma de aplicação, em acordo com Vieira (2009, p. 18): “os questionários entregues aos respondentes para que eles mesmos os preencham são denominados questionários de autoaplicação. Podem ser enviados aos respondentes por correio, por e-mail ou Internet.”

Considerando a importância do questionário enquanto técnica para o desenvolvimento da pesquisa, com base na literatura consultada (GIL, 2008; VIEIRA, 2009; AMARO; PÓVOA; MACEDO, 2004), foram estabelecidos delineamentos específicos, diante do fato da operacionalização da dinâmica investigativa ter contado, de forma geral, com questões fechadas e abertas. Nesta perspectiva, foram utilizadas perguntas abertas com respostas livres por parte dos respondentes, condicionadas à temática da pesquisa, e perguntas fechadas com alternativas binárias e predefinidas.

Tendo em vista a fundamentação metodológica construída pela realização do questionário e prezando pelo anonimato, foram apresentadas as questões aos respondentes. Buscou-se identificar os sujeitos de acordo com a regência de turma ou área de atuação na educação básica, vínculo institucional e questões relacionadas às percepções dos professores acerca de temáticas voltadas aos direitos humanos e educação em direitos humanos. Destarte, é possível apresentar o quadro completo quantos às categorias sintetizadas pelas perguntas e a forma de respostas do questionário, visando recolher as percepções dos professores em relação à educação em direitos humanos.

Quadro 1 – Questionário aplicado aos professores dos anos iniciais

Identificação dos participantes	
Perguntas realizadas	Forma de resposta do questionário
1. Professor regente ou disciplina específica?	Pergunta com alternativas predefinidas
2. Vínculo com a rede de ensino	Pergunta com alternativas predefinidas

Temas ligados aos direitos humanos e à educação em direitos humanos

3. Participa de movimentos que abordam temas ligados aos direitos humanos?	Pergunta fechada com alternativas binárias
4. Realiza na escola/comunidade projetos ligados aos direitos humanos?	Pergunta fechada com alternativas binárias
5. Elabora atividades pedagógicas relacionadas à educação em direitos humanos?	Pergunta fechada com alternativas binárias
6. Conhece a existência de política escolar acerca da educação em direitos humanos?	Pergunta fechada com alternativas binárias
7. Percebe a existência ou não de possibilidades ou desafios à práxis pedagógica escolar para abordar as questões diretamente relacionadas aos direitos humanos?	Pergunta fechada com alternativas binárias
8. Quais são as principais possibilidades ou desafios à práxis pedagógica escolar para abordar as questões diretamente relacionadas aos direitos humanos?	Pergunta aberta sem alternativas predefinidas, porém, condicionada à temática da questão anterior
9. Percebe a existência ou não de possibilidades ou desafios à práxis pedagógica escolar para abordar as questões diretamente relacionadas à educação em direitos humanos?	Pergunta fechada com alternativas binárias
10. Quais são as principais possibilidades ou desafios à práxis pedagógica escolar para abordar as questões diretamente relacionadas à educação em direitos humanos?	Pergunta aberta sem alternativas predefinidas, porém, condicionada à temática da questão anterior.

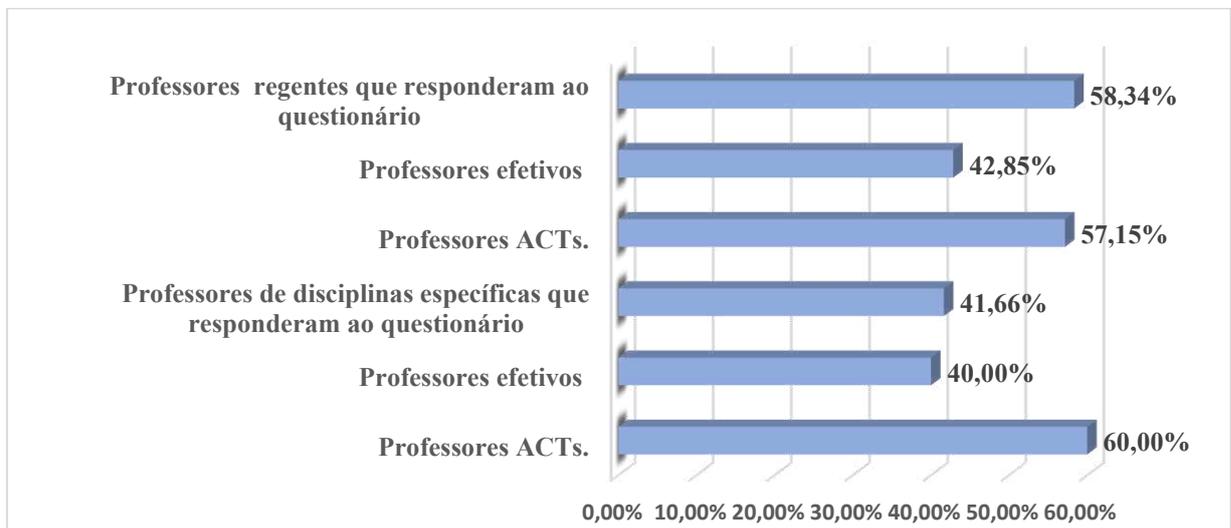
Fonte: Elaboração dos autores

Depois de elaborar e estruturar as perguntas do questionário, foram criados os formulários em ambiente *on-line* no *Google Forms*. Com a permissão dos gestores, foram recolhidos os endereços de *e-mail* dos professores utilizados para comunicações oficiais com a unidade escolar e em seguida foi remetido individualmente o questionário elaborado a 17 professores. Dentre estes, 12 responderam representando 70.5% do total de professores. Tornase, pois, necessário apresentar os resultados obtidos, descrevendo a percepção dos professores através da análise dos dados coletados nos questionários.

Apresentação dos resultados e discussão

Neste momento, busca-se analisar e apresentar os dados dos questionários enviados e respondidos pelos professores dos anos iniciais. Em primeiro lugar consta a identificação dos respondentes. A partir dos 12 questionários devolvidos, considerando que os professores podiam assinalar a opção de trabalhar como regentes ou como professores de disciplinas específicas, foi possível observar – conforme dados do Gráfico 1 – maior adesão de professores regentes às respostas aos questionários enviados, seguidos pelos professores de disciplinas específicas.

Gráfico 1 – Identificação e vínculo dos professores que responderam aos questionários

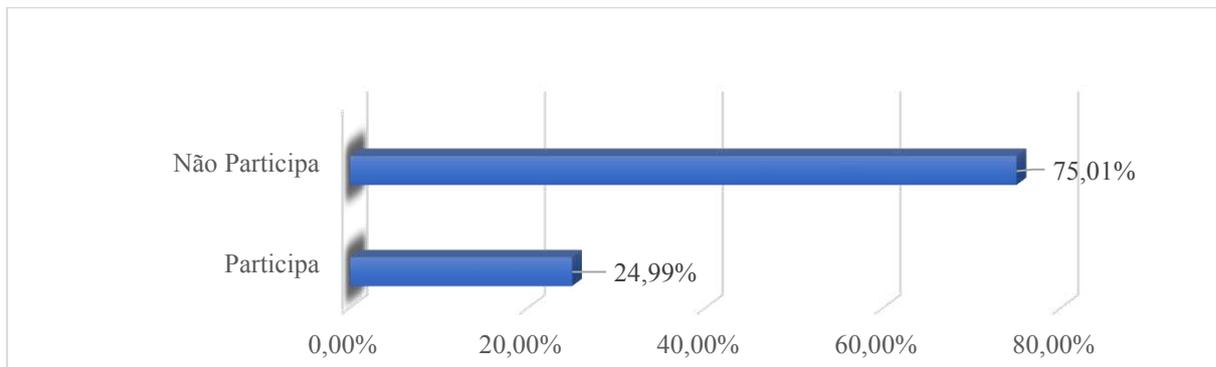


Fonte: Elaboração dos autores

Já em relação ao vínculo institucional com a rede de ensino, de acordo com o observado no Gráfico 1, obteve-se o seguinte resultado: 58,34% (07 respondentes) são professores regentes de sala, entre estes 42,85% (03 respondentes) são efetivos e 57,15% (04 respondentes) são admitidos em caráter temporário. Entre os professores que trabalham disciplinas específicas nos anos iniciais, obteve-se a participação de 41,66% (05 respondentes), dos quais 40,00% (02 respondentes) são efetivos e 60,00% (03 respondentes) são contratados em caráter temporário.

Como demonstra o gráfico 2, em relação à participação em movimentos sociais que abordam temáticas relacionadas aos direitos humanos ou à educação em direitos humanos, os dados mostram que 75,00% (09 respondentes) não participam de tais ações. Já 25,00% (03 respondentes) participam de movimentos comprometidos com os tópicos específicos em direitos humanos ou com a educação em direitos humanos.

Gráfico 2 – Participação dos professores em movimentos ligados aos direitos humanos ou à educação em direitos humanos



Fonte: Elaboração dos autores

Continuando a apresentação dos resultados, torna-se importante demonstrar os dados referentes à práxis pedagógica no cotidiano da escola-comunidade e à conscientização teórico-política dos professores em relação aos direitos humanos e à educação em direitos humanos. Desta forma, houve possibilidade, por parte dos respondentes, de assinalação binária de apenas uma alternativa: positiva ou negativa, às perguntas enviadas no questionário *on-line*.

As questões formuladas relacionam-se às temáticas priorizadas no processo desta investigação. Vale ressaltar que a resposta positiva (sim) ou negativa (não) dada à questão contida no questionário enviado aos professores dos anos iniciais da educação básica liga-se intrinsecamente à apresentação e descrição das categorias analíticas estruturantes da pesquisa. Sendo assim, a Tabela 1 mostra que a maioria dos professores (08 respondentes) nem sequer realizam projetos ligados aos direitos humanos no ambiente escolar ou na comunidade, porém, a maioria dos docentes (09 respondentes) responderam que elaboram atividades pedagógicas e trabalham, em sala de aula, atividades relacionadas à educação em direitos humanos.

Um dado que faz refletir bastante diz respeito ao conhecimento da política escolar acerca da educação em direitos humanos. Primeiro porque 50% (06 respondentes) ignora a existência de tal política, tendo como consequência lógica a não abordagem das temáticas com os alunos em sala de aula. Em segundo lugar, os outros 50% (06 respondentes) que dizem saber da sua existência não demonstram, ao confrontar com as respostas sobre a realização de projetos no âmbito escolar e comunitário, que de fato tal política escolar é fonte de inspiração para o desenvolvimento de ações planejadas ligadas aos direitos humanos no estabelecimento de ensino e na comunidade que está ao seu entorno.

Tabela 1 – Práticas dos professores ligadas aos direitos humanos e à educação em direitos humanos

Vínculo institucional dos professores	QUESTÕES CATEGORIZADAS		
	Realiza projetos ligados aos direitos humanos na escola/comunidade	Elabora atividades pedagógicas relacionadas à educação em direitos humanos	Sabe da existência da política escolar acerca da educação em direitos humanos
Professores ACTs.			
Sim	03	06	02
Não	04	01	05
Professores efetivos			
Sim	01	03	04
Não	04	02	01
Total Geral			
Sim	04	09	06
Não	08	03	06

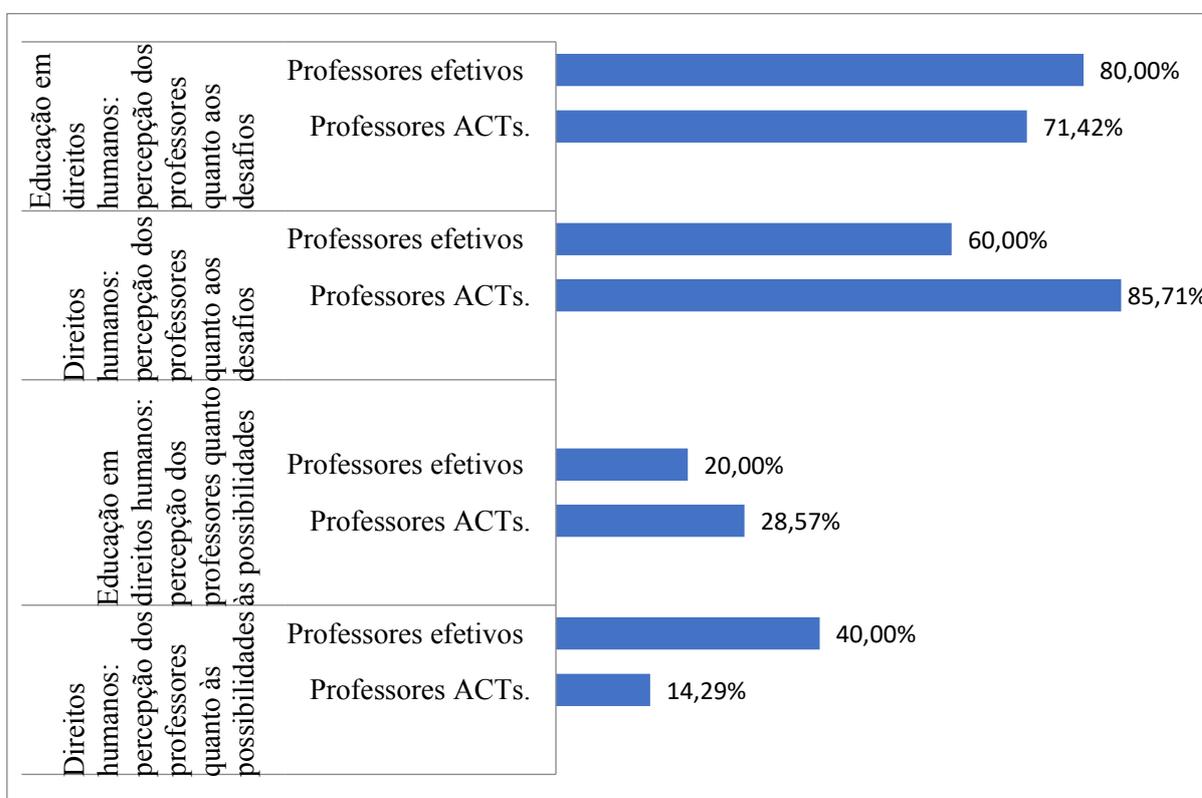
Fonte: Elaboração dos autores

Às próximas questões, uma diretamente ligada aos direitos humanos e a outra direcionada à educação em direitos humanos, será necessário outorgar maior ênfase, tendo em vista que o objetivo principal da pesquisa é a análise e apresentação das percepções dos professores dos anos iniciais de uma escola pública. Assim, as respostas às temáticas contidas nestas perguntas mostram a percepção de possibilidades ou desafios à práxis pedagógica escolar, pelo fato dos professores abordarem, no ambiente escolar, questões relacionadas aos direitos humanos e à educação em direitos humanos, constituindo-se fundamento para compreensão de melhorias na proposição de políticas educacionais capazes de transformar a sociedade e construir uma convivência mais harmoniosa entre os seres humanos.

Como é possível ser visto no Gráfico 3, estas questões apresentam em um primeiro momento alternativas binárias, desdobrando-se em seguida em respostas abertas a serem desenvolvidas a partir da percepção dos professores acerca de possibilidades ou desafios à práxis pedagógica escolar em relação aos direitos humanos e à educação em direitos humanos. Entre os professores com vínculo efetivo, 80,00% (04 respondentes) percebem desafios à educação em direitos humanos na escola pública. Já para 60,00% (03 respondentes) existem desafios à abordagem de questões relacionadas aos direitos humanos. Entre os professores admitidos em caráter temporário, os números mostram que 71,42% (05 respondentes) percebem desafios à educação em direitos humanos e 85,71% (06 respondentes) percebem desafios quanto à abordagem das temáticas relacionadas aos direitos humanos no estabelecimento de ensino.

De acordo com os dados da pesquisa, frente aos desafios, as possibilidades parecem ser pequenas. De fato, 20,00% (*apenas* 01 respondente) e somente 28,57% (02 respondentes), com vínculo efetivo e ACTs respectivamente, percebem possibilidades quanto à educação em direitos humanos. Em relação às possibilidades de abordagem de temáticas ligadas aos direitos humanos na educação escolar pública, entre os efetivos, 40,00% (02 respondentes) percebem a existência de tais possibilidades, entre os ACTs, 14,29% (*apenas* 01 respondente) respondeu afirmativamente.

Gráfico 3 – Percepção dos professores acerca das possibilidades ou desafios quanto à educação em direitos humanos e à abordagem dos direitos humanos na educação escolar



Fonte: Elaboração dos autores

Em relação à percepção dos professores acerca dos desafios postos à educação em direitos humanos e à abordagem de temáticas ligadas aos direitos humanos no “chão da escola”, foi elaborada uma pergunta aberta sem alternativa pré-definida, porém, vinculada logicamente ao fato da percepção dos entraves. Entre os professores com vínculo efetivo e os admitidos em caráter temporário foram obtidas as respostas apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – A percepção acerca dos desafios à educação em direitos humanos e à abordagem da temática na escola pública

Educação em direitos humanos e Direitos humanos: a percepção dos professores quanto aos desafios	
01	“Falta conhecimento deste assunto aqui na escola.”
02	“Falta a união de todos. É preciso que a escola e a comunidade trabalhem juntas na educação e reconheça que a educação é um direito humano.”
03	“As pessoas não têm interesse. A sociedade no geral não liga para educação. Se os direitos humanos fossem tão importantes os governantes não fariam mal deles.”
04	“Falta um incentivo para os professores. Seria muito importante ter uma formação voltada exclusivamente para a educação em direitos humanos.”
05	“É necessário trabalhar esses temas nas formações continuadas que temos.”
06	“A escola não tem estrutura, por exemplo, como falar em direitos humanos com salas minúsculas cheias de alunos, crianças que muitas vezes vem para a escola porque não têm comida em casa? E assim vai, a sociedade precisa resolver essa violência que deixa todo mundo com medo.”
07	“Eu não sou fã desses tais direitos humanos. Acho que todo mundo tem que trabalhar para conseguir fazer valer os seus próprios direitos.”
08	“A sociedade não ajuda, as famílias não ajudam, ninguém ajuda. Fazer um projeto ou até mesmo atividades ligadas aos direitos humanos é muito difícil no contexto atual.”
09	“Falta incentivo na formação dos professores, pois se eles abordassem essas questões, todos poderiam fazer atividades em sala de aula com os alunos.”
10	“Acho que existe educação, não tem educação disso, educação daquilo. A pessoa precisa ser educada e ponto final.”
11	“Eu já ouvi falar em direitos humanos na televisão e na internet, mas preciso aprender mais sobre isso.”
12	“Os professores, os alunos e suas famílias, a equipe técnica e a secretaria da escola precisam dar as mãos para defender os direitos humanos.”
13	“A educação em direitos humanos é muito importante, ainda mais no Brasil que escravizou tanta gente. O racismo continua não somente na televisão, mas no nosso dia a dia. Isso precisa mudar.”
14	“Precisamos da mais formação em educação aos direitos humanos.”
5	“Sempre ouvi falar de direitos humanos, mas não sei bem o que significa isso enquanto educação em direitos humanos.”
16	“Os políticos e governantes deveriam valorizar mais os direitos humanos. Eu entendo que cuidar da educação, da saúde e das pessoas é ser comprometido com os direitos humanos.”
17	“A educação em direitos humanos é um caminho para combater a indisciplina e a evasão escolar. Todos nós somos responsáveis por ela.”
18	“Não saberia responder direito essa pergunta. Acho que falta formação para responder com propriedade uma questão assim. Acho que os direitos humanos defendem pessoas que estão presas, mas não estou bem certa. Vou pesquisar e trabalhar esse assunto com os alunos e depois vou conversar com pessoas que entendem do assunto.”

Fonte: Elaboração dos autores

A respeito da percepção dos professores sobre as possibilidades à educação em direitos humanos e à abordagem de temáticas ligadas aos direitos humanos em um estabelecimento público de ensino, a pergunta enviada *on line* foi respondida de forma livre, sem alternativa pré-definidas. Similarmente à questão quanto aos desafios, anteriormente analisada, as respostas acerca das possibilidades estavam vinculadas a esta perspectiva. Foram obtidos os

seguintes resultados entre os professores com vínculo efetivo e os admitidos em caráter temporário, conforme apresentado no Quadro 3:

Quadro 3 – A percepção acerca das possibilidades à educação em direitos humanos e à abordagem da temática na escola pública

Educação em direitos humanos e Direitos humanos: a percepção dos professores quanto às possibilidades	
01	“Existem várias possibilidades de educar em direitos humanos, basta se esforçar e ir atrás.”
02	“Tem que tem diálogo. O diálogo abre portas para transformar e criar mais direitos humanos.”
03	“Eu, por exemplo, em relação aos direitos humanos, sempre falo que temos que respeitar os colegas e conversar para resolver desavenças na sala de aula.”
04	“A orientação educacional e a supervisão escolar nos ajudam com os temas dos direitos humanos na escola.”
05	“Dar bons exemplos em casa e na escola, participar das reuniões e manifestações para melhorar a cidade e escola, é uma possibilidade de demonstrar os direitos humanos e mostrar como é importante a educação em direitos humanos.”
06	“Sem educação em direitos humanos dificilmente vamos vencer as desigualdades no Brasil.”

Fonte: Elaboração dos autores

Entre as respostas obtidas dos professores dos anos iniciais acerca dos desafios e possibilidades à educação em direitos humanos e à abordagem de temáticas ligadas aos direitos humanos na escola, alguns pontos merecem ser destacados, entre eles: a educação básica como fundamento da construção de um sistema educativo que revitalize a convivência pacífica e a democracia (MAGENDZO; SCHMELKES; CONDE, 1995); a importância de perceber os desafios atuais (CANDAU, 2007; MAGENDZO, 2006) para a construção de um pacto dialógico em função da educação em direitos humanos; a falta de incentivo e o destaque a ser dado à formação dos professores em direitos humanos (CANDAU; SACAVINO, 2008; 2013); a melhoria das estruturas da escola para abrigar concretamente uma nova visão em relação aos direitos humanos; a necessidade de quebrar preconceitos e apresentar teorias que se transformem em práticas concretas em sala de aula (MORGADO, 2002).

Até este momento, os dados apresentados demonstram o quanto ainda é preciso ser trabalhado para que de fato sejam implementadas políticas institucionais, voltadas aos direitos humanos e à educação em direitos humanos, para que se transformem em ações concretas, seja na educação básica, seja na formação de professores e na transformação social. É preciso ver a força crítico-transformadora agindo sobre os desafios para que esses se tornem cada vez mais possibilidades de aceitação da diversidade, de cidadania ativa e de respeito em suas múltiplas facetas. É necessário que a percepção das possibilidades dos professores seja construída e cresça

cada dia mais, com a indispensável contribuição das equipes técnico-pedagógicas que atuam nos estabelecimentos de ensino, buscando a ampliação dessas temáticas na formação quotidiana de todos os atores envolvidos no processo educacional.

Pode-se inferir que em se tratando da questão da educação em direitos humanos é importante um entendimento de que “a consciência do inacabamento entre nós, mulheres e homens, nos faz seres responsáveis, daí a eticidade de nossa presença no mundo” (FREIRE, 1997, p. 62). Nesta perspectiva, a educação em direitos humanos constitui-se como temática, como exigência necessária para o processo de formação permanente de professores(as), como mediação para a construção da cidadania e democracia na atualidade, porque a qualidade da cidade depende da qualidade da formação ativa do cidadão.

Assim, problematiza Gorczewski (2009, p. 18), que neste movimento, é necessário ao professor e professora a apropriação de um paradigma filosófico de educação,

[...] que a qualidade da vida no futuro depende da qualidade do cidadão que hoje formamos; a sociedade do futuro começa agora. Assim, como imperativo para a própria sobrevivência do gênero humano e a concretização dos princípios básicos de justiça, é inadiável a necessidade de se resgatar e transmitir os valores que fundamentam os direitos dos homens” e mulheres.

A educação em direitos humanos, para o exercício pleno da cidadania, implica criar condições para a formação permanente de sujeitos históricos capazes de entender a complexidade do fenômeno humano para atender às exigências do processo educativo contemporâneo. A formação e prática educativa em direitos humanos têm como substrato de que a finalidade social da educação, enquanto condição primeira de convívio, está na formação do ser humano como sujeito social, como paradigma filosófico da educação para a prática da liberdade.

O que caracteriza o compromisso da educação para a justiça social é a possibilidade da construção da democracia participativa, como condição para o exercício pleno da cidadania, bem como da emancipação sociocultural da sociedade, como determinação para formação da consciência da igualdade cidadã, fundamento da educação em direitos humanos, concebida na perspectiva de compromisso político, associada à humanização, conscientização e ação da liberdade humana.

Considerações finais

O presente artigo buscou investigar e apresentar as percepções dos professores dos anos iniciais de uma escola pública da rede municipal de ensino acerca dos desafios e possibilidades postos à educação em direitos humanos e às temáticas relacionadas aos direitos humanos no cotidiano da práxis pedagógica, principalmente no planejamento e realização de atividades pelos professores em sala de aula e na comunidade escolar como um todo.

Ressalte-se que mesmo tendo operado uma delimitação do contexto de investigação, bem como dos sujeitos respondentes ao questionário, sintetizando-se intencionalmente os horizontes de alcance, é possível afirmar que a pesquisa alcançou o objetivo de fazer uma exploração científica sobre as percepções dos professores, apontando resultados bastante importantes. Convém destacar a confirmação quase unânime dos respondentes (mais de 70,00%) acerca dos desafios que ainda persistem em relação à educação em direitos humanos e às barreiras para trabalhar temáticas ligadas aos direitos humanos, devido à falta de formação e ao pouco conhecimento no contexto da escola de questões ligadas à diversidade, aos direitos humanos e à cidadania, entre outros.

Percebe-se, por outro lado, que a maioria dos respondentes se coloca numa atitude de abertura em conhecer mais e de cobrar uma efetiva formação que transforme teoria em respeito concreto às diversidades e impulsione novas práticas de cidadania. O desconhecimento de documentos e políticas fundamentais deve ser afrontado com a apresentação e análise crítica dos pactos feitos pelos direitos humanos construídos com participações de atores que agem em escala global, regional e local.

Não basta apenas que os professores conheçam, por exemplo, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos ou as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, entre outros, mas é necessário também que sejam oferecidos incentivos e recursos financeiros para que implementem projetos e iniciativas realmente dialógico-transformadoras para os alunos e a sociedade como um todo, construído de fato as possibilidades que parecem invisíveis diante de tantos desafios.

No diálogo formativo dos professores, para o exercício da docência de melhor qualidade, no espaço da escola pública, é significativo que seja proporcionada, na formação permanente centrada na escola, a temática de direitos humanos, visando a formação da consciência e práxis democrática, a fim de que possa ajudar os estudantes a construir uma compreensão crítica do mundo.

Ainda que sejam importantes as ações isoladas e pontuais por parte dos professores para tratar da questão da educação em direitos humanos e na realização de atividades relacionadas aos direitos humanos no contexto da escola pública, elas não bastam. Convém lembrar a necessidade de formar a consciência crítica, permanentemente desafiada por uma conjuntura que trabalha para enfraquecer a percepção de novas possibilidades, reforçando deste modo a manutenção do sistema tal como está. A educação em direitos humanos vem justamente na contramão do conservadorismo paralisante, dos preconceitos, do racismo, da opressão, das posturas antidialógicas, construindo uma práxis educativa crítico-reflexiva.

À guisa de conclusão, ressalte-se que os respondentes em sua maioria pertenciam ao grupo dos admitidos em caráter temporário, frente aos efetivos. Diante disso, reconhece-se a limitação dos resultados ao considerar as respostas obtidas. Desse modo, tornam-se profícuas a realização de novas investigações, tendo como foco principal uma maior compreensão sobre os desafios e possibilidade à educação em direitos humanos e acerca da abordagem formativa das temáticas ligadas aos direitos humanos no contexto da educação escolar pública.

REFERÊNCIAS

AMARO, A.; PÓVOA, A.; MACEDO, L. **A arte de fazer questionários**. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 2004.

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2011.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>. Acesso em: 07 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Acesso em: 08 jan. 2021.

BRASIL. **Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 08 jan. 2021.

CANDAU, V. M. F. Educação em direitos humanos: desafios atuais. *In*: SILVEIRA, R. M. G. *et al.* (org.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

CANDAU, V. M. F.; SACAVINO, S. B. Educação em direitos humanos e formação de educadores. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59-66, 2013.

- CANDAU, V. M. F.; SACAVINO, S. B. Educação em direitos humanos no Brasil: ideias-força e perspectivas de futuro. *In*: MAGDENZO, A. (org.). **Pensamiento y ideas-fuerza de la educación en derechos humanos en Iberoamerica**. Santiago do Chile: Unesco-OEI, 2009. p. 68-83.
- CHAGAS, A. T. R. O questionário na pesquisa científica. **Administração On-Line**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-14, jan./mar. 2000. Disponível em: http://www.fecap.br/adm_online/art11/anival.htm. Acesso em: 11 jan. 2021.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática docente. São Paulo: Paz e Terra. 1997.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GORCZEWSKI, C. **Direitos humanos, educação e cidadania**: conhecer, educar e praticar. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2009.
- INSTITUTO INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS. **Informe Interamericano de la Educación en Derechos Humanos: un estudio en 19 países**. Parte I – desarrollo normativo. San José: IIDH, 2002.
- MAGENDZO, A. **Educación en derechos humanos**: un desafío para los docentes de hoy. Santiago: LOM, 2006.
- MAGENDZO, A.; SCHMELKES, S; CONDE, S. **Educación y Derechos Humanos**. México: Instituto de Aguascalientes, 1995.
- MORGADO, P. **Práticas pedagógicas e saberes docentes na educação em direitos humanos**. 2002. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/7_praticas_pedagogicas_e_saberes_docentes_na_educacao_em_direitos_humanos.pdf. Acesso em: 13 jan. 2021.
- NOGUEIRA, R. **Elaboração e análise de questionários**: uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPEAD, 2002.
- SILVEIRA, R. M. G. *et al.* **Educação em Direitos Humanos**: Fundamentos teóricos-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária. 2007.
- TAVARES, C. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. *In*: SILVEIRA, R. M. G. *et al.* **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010.
- TORRES, C. A. El lugar de las diversidades y de las ciudadanías en la Sociología de la Educación. **Revista Portuguesa de Educação**, Minho, v. 20, n. 1, p. 7-45, 2007.
- TORRES, C. A. **Sociologia política da educação**. 3. ed. São Paulo: Editora Cotez, 2002.
- VIEIRA, S. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

Como referenciar este artigo

CARVALHO, A. L.; LUNA, J. M. F.; SANTOS, J. M. S. A educação em direitos humanos: A percepção dos professores de uma escola pública. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 1, p. 0537-0556, jan./mar. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i1.14802>

Submetido em: 24/02/2021

Revisões requeridas em: 19/03/2021

Aprovado em: 06/05/2021

Publicado em: 02/01/2022